

Argo V Transmissão de Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício
findo em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial regulatório	7
Demonstrações do resultado regulatórias	8
Demonstrações do resultado abrangente regulatórias	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias	10
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Administradores da
Argo V Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Argo V Transmissão de Energia S.A., com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argo V Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Argo V Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias

A Argo V Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de janeiro de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.223	8.195	Fornecedores	13	1.446	124
Títulos e valores mobiliários	7.1	40.526	12.637	Encargos sociais e trabalhistas	14	216	-
Concessionárias e permissionárias	8	10.717	9.467	Obrigações tributárias	15	2.476	748
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	1.957	862	Obrigações regulatórias	16	788	842
Tributos a compensar		169	109	Dividendos a pagar		443	-
Despesas pagas antecipadamente	9	200	482	Contas a pagar - partes relacionadas	19	612	405
Outros Ativos		2.777	939	Empréstimos e Financiamentos	17	23.952	20.233
Total do ativo circulante		60.569	32.691	Debêntures	18	11.995	9.861
				Outros passivos		3.985	2.318
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		45.913	34.531
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	25.405	23.079	NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	4.978	5.215	Empréstimos e Financiamentos	17	296.577	255.519
Almoxarifado		2.438	-	Debêntures	18	71.371	78.157
Imobilizado	11	585.512	555.321	Total do passivo não circulante		367.948	333.676
Intangível	12	3.008	3.008				
Total do ativo não circulante		621.341	586.623	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21		
				Capital social		251.285	251.285
TOTAL DO ATIVO		681.910	619.314	Reserva de lucros		160.741	122.780
				Prejuízos acumulados		(154.617)	(122.958)
				Dividendos adicionais propostos		10.640	-
				Total do patrimônio líquido		268.049	251.107
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		681.910	619.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
OPERAÇÃO EM CONTINUIDADE			
Disponibilização do sistema de transmissão	22	94.067	91.058
RECEITA BRUTA		<u>94.067</u>	<u>91.058</u>
TRIBUTOS			
(-) PIS sobre faturamento	22	(1.598)	(1.503)
(-) COFINS sobre faturamento	22	(7.360)	(6.920)
ENCARGOS - PARCELA "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	22	(235)	(327)
FNDCT	22	(325)	(324)
MME	22	(173)	(162)
TFSEE	22	(368)	(290)
RECEITA LÍQUIDA		<u>84.008</u>	<u>81.532</u>
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"			
Serviços de terceiros	23	(7.464)	(8.384)
Materiais	23	(195)	(70)
Arrendamentos e aluguéis	23	(140)	(30)
Pessoal e administradores	23	(3.694)	(177)
Tributos	23	(29)	(6)
Seguros	23	(576)	-
Depreciação e amortização	23	(20.348)	(20.045)
Gastos diversos	23	(373)	(387)
RESULTADO DA ATIVIDADE		<u>51.189</u>	<u>52.433</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>51.189</u>	<u>52.433</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	24	5.316	4.544
Despesas financeiras	24	(38.333)	(35.452)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>18.172</u>	<u>21.525</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	25	(550)	(874)
Diferido	25	(236)	(301)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>17.386</u>	<u>20.350</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.386	20.350
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>17.386</u>	<u>20.350</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva		Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	Legal	de incentivos fiscais	de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		225.501	7.137	5.079	75.797	-	(92.301)	221.213
Aumento de capital com reversão de JCP		25.784	-	-	-	-	-	25.784
Reversão de dividendos de anos anteriores		-	-	-	678	-	-	678
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	20.350	20.350
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	-	(16.922)	(16.922)
Constituição de reserva legal	21	-	2.551	-	-	-	(2.551)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	21	-	-	2.872	-	-	(2.872)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	21	-	-	-	28.666	-	(28.662)	4
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		251.285	9.688	7.951	105.141	-	(122.958)	251.107
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	17.386	17.386
Constituição de reserva legal	21	-	2.452	-	-	-	(2.452)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	21	-	-	2.258	-	-	(2.258)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(443)	(443)
Constituição de reserva de retenção de lucros	21	-	-	-	33.251	-	(33.252)	(1)
Dividendos adicionais propostos	21	-	-	-	-	10.640	(10.640)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		251.285	12.140	10.209	138.392	10.640	(154.617)	268.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		17.386	20.350
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	(236)	301
Amortização dos custos de transação	17	31	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	24	(5.572)	(4.544)
Depreciação e Amortização	11	20.348	20.044
Juros e variação sobre empréstimos	17	24.756	23.941
Juros e variação sobre debêntures	18	9.534	10.818
Caixa gerado pelas operações		66.247	70.910
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias	8	(1.250)	(405)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	(400)	1.067
Tributos a compensar		(60)	(1.681)
Despesas pagas antecipadamente	9	282	(172)
Almoxarifado		(278)	1.804
Outros ativos		(1.838)	(700)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	1.322	(1.110)
Imposto de renda e contribuição social		473	875
Encargos sociais e trabalhistas	14	216	-
Obrigações tributárias	15	1.728	(30)
Obrigações regulatórias	16	(54)	233
Contas a pagar - partes relacionadas	19	207	405
Outros passivos		1.667	2.091
Imposto de renda e contribuição social pagos		(696)	(814)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		67.566	72.473
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	11	(52.699)	(22.018)
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	7.1	(41.125)	-
Resgates em Títulos e valores mobiliários	7.1	16.299	18.763
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(77.525)	(3.255)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre capital próprio pagos		-	(16.922)
Captação de empréstimos e financiamentos	17	60.601	-
Pagamento de juros de empréstimos	17	(21.074)	(21.845)
Pagamento de juros de debêntures	18	(5.763)	(5.942)
Pagamento principal de empréstimos	17	(19.537)	(17.828)
Pagamento principal de debêntures	18	(8.423)	(6.011)
Aplicações em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	(15.809)	3.544
Resgates em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	15.992	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		5.987	(65.004)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.972)	4.214
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	4.223	8.195
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	8.195	3.981
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.972)	4.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Argo V” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de maio de 2014 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em dezembro de 2021, a Argo V solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro na categoria B, sendo a pedido aprovado em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento, para a aquisição de 100% das ações da Odoyá Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo V.

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assumiu o controle da Companhia e alterou a sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A detém 100% do capital social da Companhia.

1.1 Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Argo V a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: LT 500 kV Quixadá - Açú III, 241 km:

- Subestação 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV);
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res) x 300MVA e Compensador Estático (-100/+200) Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Morro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar.

Em 25 de julho de 2019, conforme Carta ONS - 0502 - DTA - 2019 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Transmissora Odoyá.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 63.359 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 98.802 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo V.

A Companhia assinou o CCT nº 001/2017 que trata da instalação de um módulo de entrada de linha 69 KV na SE Juazeiro, com investimento de cerca de R\$ 5,2 milhões e RAP prevista de R\$ 592 a ser definida na próxima revisão tarifária, a energização ocorreu em novembro de 2023.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL através das Resoluções Autorizativas abaixo

- REA nº 12.948/2023 de 31 de maio de 2023.

Instalação de um banco de Reatores de barra 500KV e suas respectivas conexões na SE Juazeiro III, com investimento previsto de R\$ 27,8 milhões e RAP de R\$ 3,4 milhões, com término da obra previsto para fevereiro de 2024.

- REA nº 11.799/2022 – Aprovado em 4 de maio de 2022.

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Morro do Chapéu II, com investimento previsto de R\$ 77,1 milhões e RAP de R\$ 9,4 milhões, com término da obra previsto para abril/2024.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida de acordo com os contratos de concessão de transmissão, feita por linhas e subestações que integram a rede básica.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

As concessionárias deverão manter o controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão.

3 Licenças Ambientais

O órgão responsável pelo licenciamento ambiental de Argo V Transmissão de Energia S.A é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Argo V Transmissão de Energia S.A. apresenta o seguinte prazo de validade da licença ambiental requerida para a operação da LT 500 kV Quixadá - Açú III, 241 km:

- Licença de Operação nº 1617/2021, emitida em 17/06/2021 com validade de 10 anos.

Adicionalmente, para obtenção e manutenção de licenças, são necessárias autorizações e anuências específicas de diversos órgãos intervenientes.

4 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS – International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis do MCSE e as normas internacionais de relatórios financeiros (*IFRS*) estão descritas na nota explicativa nº 28.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As emissões das demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2024.

As demonstrações contábeis regulatórias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- **Avaliação de instrumentos financeiros** – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 27 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra o quais serão utilizados.

- **Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis** – A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

A Companhia, também, constitui provisão com base nos relatórios dos seus consultores jurídicos para processos nas esferas trabalhista, cível, fiscal e/ou ambiental quando a expectativa de perda é provável, e a Companhia consta como ré do processo.

4.5 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso de transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

5 Políticas contábeis significativas

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), que sofreu uma revisão em 2021 e trouxe as seguintes alterações a partir de 2022:

- a) **Mudanças na aplicação de Pronunciamentos Contábeis (CPCs)**
 - (i) CPC 06 – Arrendamentos: aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.
 - (ii) CPC 48 – PECLD - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: mudança na matriz da PECLD que deixa de ser uma matriz fixa e passa a ser histórica conforme previsto neste CPC.
- b) **Fornecedores:** A contabilização da compra de energia referente a variação cambial de Itaipu que anteriormente era reconhecida na Despesa Financeira e passará a ser contabilizado no grupo de Compra de Energia.
- c) **Pessoal – Estagiários:** as contabilizações de estagiários e programas de iniciação ao trabalho passam a ser contabilizadas no grupo de pessoal.
- d) **Imobilizado:** abertura do grupo de contas para apuração dos ganhos na alienação de bens reversíveis e não reversíveis.
- e) **Outros grupos de contas tiveram alterações para melhor apresentação do BMP, como:** abertura do grupo de encargos setoriais a compensar para P&D e PEE; ativo e passivo financeiro setoriais; contingências; imobilizado; base de cálculo das obrigações legais de investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento – P&D e eficiência energética – EE.

A Administração avaliou as mudanças acima e não identificou mudanças relevantes.

5.1 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração – Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos

advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação – itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia considera o valor contábil residual, sem os efeitos do valor novo de reposição (VNR), pois para fins de indenização ao final da concessão o cálculo do ativo de contrato da concessão na contabilidade societária tem saldo zero ao final do fluxo de investimento e recebimento da concessão, e não há efeito de cálculo de correção do custo pelo valor novo de reposição (VNR).

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não depreciados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.2 Intangível

Reconhecimento e mensuração – registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização – a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.3 Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida – RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

5.4 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.5.1 Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

5.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

5.5.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Fundo vinculado – Caixa restrito	Valor justo através do resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

5.6 Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas (“*impairment*”) a serem reconhecidos no exercício apresentado.

5.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável aos ativos financeiros, quando aplicável.

5.8 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

5.9 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

5.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com o Manual Contábil do Setor Elétrico.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e depósitos bancários	4.223	8.195
Total	<u>4.223</u>	<u>8.195</u>

7 Títulos e valores mobiliários

7.1 Circulante

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	40.526	12.637
Total	<u>40.526</u>	<u>12.637</u>

(*) Aplicações financeiras em CDB de instituições financeiras e em Fundos Exclusivos Referenciados DI (referenciado na variação do CDI), com remuneração média de 103,40% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As carteiras dos Fundos são compostas exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

7.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta Reserva **	25.405	23.079
Total	<u>25.405</u>	<u>23.079</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 99,06% do CDI (d 98,83% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

8 Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos de Uso de Rede Elétrica	10.717	9.467
Total	<u>10.717</u>	<u>9.467</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de

transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a vencer	8.066	9.052
Títulos vencidos em até 30 dias	595	-
Títulos vencidos em até 90 dias	975	34
Títulos vencidos há mais de 90 dias	1.081	381
	10.717	9.467

9 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar *	200	482
Total	200	482

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 27.

10 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se logo abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.957	862
Total	1.957	862

11 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	553.172	-	-	-	-	553.172	-	(40.392)	512.780	533.127	-	-	-
Terrenos	700	-	-	-	-	700	-	-	700	700	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.003	-	-	-	-	9.003	-	(699)	8.304	8.654	-	-	-
Máquinas e equipamentos	543.469	-	-	-	-	543.469	-	(39.693)	503.776	523.773	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	10	-	10	10	(1)	9	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	10	-	10	10	(1)	9	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	553.172	-	-	-	-	553.182	10	(40.393)	512.789	533.127	-	-	-
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	22.194	52.699	-	(2.170)	-	72.733	50.529	-	72.723	22.194	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.484	17.884	-	(10)	-	19.358	17.874	-	19.358	1.484	-	-	-
Outros	20.710	34.815	-	(2.160)	-	53.365	32.655	-	53.365	20.710	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	22.194	52.699	-	(2.160)	-	72.723	50.529	-	72.723	22.194	-	-	-
Total do ativo imobilizado	575.366	52.699	-	(2.160)	-	625.905	50.529	(40.393)	585.512	555.321	-	-	-

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	553.072	100	-	-	-	553.172	100	(20.045)	533.127	-	-	-	-
Terrenos	600	100	-	-	-	700	100	-	700	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.003	-	-	-	-	9.003	-	(349)	8.654	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	543.469	-	-	-	-	543.469	-	(19.696)	523.773	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	553.072	100	-	-	-	553.172	100	(20.045)	533.127	-	-	-	-
-													
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	376	21.918	(100)	-	-	22.194	21.818	-	22.194	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	172	1.312	-	-	-	1.484	1.312	-	1.484	-	-	-	-
Outros	204	20.606	(100)	-	-	20.710	20.506	-	20.710	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	376	21.918	(100)	-	-	22.194	21.818	-	22.194	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado	553.448	22.018	(100)	-	-	575.366	21.918	(20.045)	555.321	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Máquinas e equipamentos	17.936	34.443	320	-	52.699
Total das Adições	17.936	34.443	320	-	52.699

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/15, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Barramento	2,55%
Transformador	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12 Intangível

A movimentação do ativo intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	1.987	-	-	-	-	1.987	-	-	1.987	1.987
Servidões	1.987	-	-	-	-	1.987	-	-	1.987	1.987
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.987	-	-	-	-	1.987	-	-	1.987	1.987
Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	1.021	-	-	-	-	1.021	-	-	1.021	1.021
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.021	-	-	-	-	1.021	-	-	1.021	1.021
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.021	-	-	-	-	1.021	-	-	1.021	1.021
Total do ativo Intangível	3.008	-	-	-	-	3.008	-	-	3.008	3.008

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	1.985	2	-	-	-	1.987	2	-	1.987	1.985
Servidões	1.985	2	-	-	-	1.987	2	-	1.987	1.985
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.985	2	-	-	-	1.987	2	-	1.987	1.985

Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	1.021	-	-	-	-	1.021	-	-	1.021	1.021
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.021	-	-	-	-	1.021	-	-	1.021	1.021
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.021	-	-	-	-	1.021	-	-	1.021	1.021
Total do ativo Intangível	3.006	2	-	-	-	3.008	2	-	3.008	3.006

13 Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	1.446	124
Total	<u>1.446</u>	<u>124</u>

14 Encargos Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de bônus	59	-
Provisão de férias	65	-
Encargos trabalhistas	92	-
Total	<u>216</u>	<u>-</u>

15 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pis e COFINS	1.619	741
ICMS	592	5
ISS de terceiros	123	1
Outros tributos	142	1
Total	<u>2.476</u>	<u>748</u>

16 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para P&D	684	652
Encargos regulatórios a recolher	104	190
Total	<u>788</u>	<u>842</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Juros - curto prazo	Principal - curto prazo	Principal + juros - longo prazo	Total
1.002	22.950	296.577	320.529

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Saldo final 31/12/2021	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2022	Captação	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2023
291.484	23.941	(17.828)	(21.845)	275.752	60.601	24.756	(19.537)	(21.074)	31	320.529
291.484	23.941	(17.828)	(21.845)	275.752	60.601	24.756	(19.537)	(21.074)	31	320.529

Em 6 de setembro de 2017, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do seu projeto, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 310.000. Sobre o contrato de financiamento incide juros médio ponderado de 2,02% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 prestações mensais e sucessivas. A amortização dos subcréditos se iniciaram em 15 de outubro de 2017, e sua liquidação é prevista até 15 de março de 2033. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Em 6 de julho de 2023, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação de Reforços do seu projeto, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 99.009. Sobre o contrato de financiamento incide taxa de juros prefixada de 5,49% ao ano, spread do BNDES de 1,50% taxa composta (i) e variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Este financiamento será pago em 133 prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcréditos deram início em 15 de dezembro de 2023, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2034. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Instituição financeira	Data da captação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread (a.a.)	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Dara próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
BNDES	06/09/2017	Fiança	TJLP	1,98%	15/04/2024	Mensal	15/04/2024	15/07/2032	Mensal	Price
BNDES Reforço	06/07/2023	Fiança	IPCA	1,50%	15/04/2024	Mensal	15/04/2024	15/12/2034	Mensal	Price

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	23.847
2026	25.444
2027	26.518
2028 em diante	<u>220.768</u>
Total	<u>296.577</u>

Garantias

Para fins contratuais, são considerados como Instrumentos de Garantia todas as garantias reais presentes e futuras outorgadas pela Contratante em favor do BNDES, conforme aplicável, no âmbito do Contrato BNDES ('Instrumentos de Garantia), incluindo, mas não se limitando ao:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo V;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

18 Debêntures

A composição das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Saldo final 31/12/2021	Juros e Variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2022	Juros e Variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2023
89.153	10.818	(6.011)	(5.942)	88.018	9.534	(8.423)	(5.763)	83.366
89.153	10.818	(6.011)	(5.942)	88.018	9.534	(8.423)	(5.763)	83.366

Em 15 de novembro de 2017, a Argo V realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 89.153, com vencimento em setembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 6,80% a.a. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	5.068
2026	11.202
2027	12.803
2028 em diante	42.298
Total	<u>71.371</u>

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.

- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

18.1 Dívida líquida

	Nota	Juros de curto prazo	Principal de curto prazo	Custo transação a amortizar CP	Principal e juros de LP	Custo transação a amortizar LP	31/12/2023	31/12/2022
Dívida bruta								
Empréstimos e Financiamentos	17	1.002	23.065	(115)	297.839	(1.262)	320.529	275.752
Debentures	18	4.157	7.837	-	71.371	-	83.366	88.018
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	6	-	4.223	-	-	-	4.223	8.195
Fundo vinculado - caixa restrito	7.1	-	-	-	25.405	-	25.405	23.079
Títulos e valores mobiliários	7.2	-	40.526	-	-	-	40.526	12.637
Dívida Líquida		5.159	(13.847)	(115)	343.805	(1.262)	333.741	319.859

19 Partes relacionadas

O saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 612 representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo Transmissão de Energia S.A	31/07/2024	612	405	2.647	405
Total		612	405	2.647	405

19.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos na qualidade de ré, cujo prognóstico de perda seja provável.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 211 (R\$ 10.336 em 31 de dezembro de 2022).

21 Patrimônio líquido

Através do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 251.284.711,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e onze reais), dividido em 251.284.711 (duzentos e cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentas e onze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da companhia é como se segue:

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	251.284.711	100%	251.284.711	100%

21.1 Reservas de lucros

21.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

21.1.2 Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 33.252 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

21.1.3 Incentivos fiscais

Foi garantido a Argo V Transmissão de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

21.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido societário do exercício	17.386	20.350
Reserva legal - (5%)	(2.452)	2.551
Reserva de Incentivo Fiscal	(2.258)	2.872
Lucro líquido ajustado	12.676	25.773
Reserva de Lucros	33.252	(28.662)
Dividendos mínimos obrigatórios – (1%)	443	-
Dividendos adicionais propostos	10.640	-
Juros sobre capital próprio	-	(16.922)

22 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Uso de rede elétrica de transmissão faturado	91.819	86.692
Receita Despacho 1844/17	2.248	4.366
Receita bruta	<u>94.067</u>	<u>91.058</u>
(-) Abatimentos		
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(8.958)	(8.423)
(-) Encargos regulatórios	(1.101)	(1.103)
Receita líquida	<u>84.008</u>	<u>81.532</u>

23 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e administradores	(3.694)	(177)
Materiais	(195)	(70)
Serviços de terceiros	(7.464)	(8.384)
Arrendamentos e aluguéis	(140)	(30)
Depreciação e Amortização	(20.348)	(20.045)
Seguros	(576)	-
Tributos	(29)	(6)
Outros gastos operacionais	(373)	(387)
Total	<u>(32.819)</u>	<u>(29.098)</u>

24 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	5.572	4.736
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(259)	(220)
Outras receitas financeiras	3	28
Total	<u>5.316</u>	<u>4.544</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(1.145)	(9)
Juros e variação monetária	(34.289)	(34.759)
Outras despesas financeiras	(2.899)	(684)
Total	<u>(38.333)</u>	<u>(35.452)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(33.017)</u>	<u>(30.908)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	18.172	21.525
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(6.178)	(7.319)
Benefício fiscal	2.258	2.872
Prejuízo fiscal e base negativa	1.308	-
Adições e exclusões permanentes	1.802	3.272
Outros	24	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(236)	(301)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(550)	(874)
Alíquota efetiva	4%	5%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

25.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Ativo (a)</u>	<u>Passivo (b)</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.516	-	5.516
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	-		-
Compensação do prejuízo fiscal	(301)		(301)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.215	-	5.215
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	(207)		(207)
Ajuste de diferido com base em exercícios anteriores	(30)		(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.978	-	4.978

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	7.1	2	40.526	12.637	40.526	12.637
Fundos vinculados – caixa restrito	7.2	2	25.405	23.079	25.405	23.079
Total			65.931	35.716	65.931	35.716
Empréstimos e recebíveis:						
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	4.223	8.195	4.223	8.195
Concessionárias e permissionárias	8	2	10.717	9.467	10.717	9.467
Outros ativos		2	2.777	939	2.777	939
Total Ativo			17.717	18.601	17.717	18.601
Passivos financeiros:						
Outros passivos financeiros:						
Fornecedores	13	2	1.446	124	1.446	124
Contas a pagar - partes relacionadas	19	2	612	405	612	405
Empréstimos e Financiamentos	17	2	320.529	275.752	320.529	275.752
Debêntures	18	2	81.441	88.018	83.366	88.018
Outros passivos			3.985	2.318	3.985	2.318
Total Passivo			408.013	366.617	409.938	366.617

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

26.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o

reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

26.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

26.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 10.717 (R\$ 9.467 em 31 de dezembro de 2022).

26.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

26.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

26.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	1.446	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	23.952	23.847	25.444	247.287
Debêntures	11.995	5.058	11.202	55.001
Total	37.393	28.905	36.646	302.288

26.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4.223	492	369	246
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	40.526	4.721	3.541	2.361
Fundos restritos	Redução do CDI	25.405	2.960	2.220	1.480
Instrumentos financeiros ativos		70.154	8.173	6.130	4.087
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	320.529	20.995	15.746	10.498
Debêntures	Aumento do IPCA	83.366	3.251	2.438	1.626
Instrumentos financeiros passivos		403.895	24.246	18.184	12.124

27 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024

28 Conciliação das demonstrações contábeis societárias e demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

28.1 Balanço Patrimonial Societário e Regulatório

<u>ATIVO</u>	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.223	-	4.223	8.195	-	8.195
Títulos e valores mobiliários	7.1	40.526	-	40.526	12.637	-	12.637
Concessionárias e permissionárias	8	10.717	-	10.717	9.467	-	9.467
Despesas pagas antecipadamente	9	200	-	200	482	-	482
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	1.957	-	1.957	862	-	862
Outros tributos a compensar		169	-	169	109	-	109
Outros ativos		2.777	-	2.777	939	-	939
Ativo da concessão	28.3	99.572	(99.572)	-	95.424	(95.424)	-
Total do ativo circulante		160.141	(99.572)	60.569	128.115	(95.424)	32.691
NÃO CIRCULANTE							
Ativo da concessão	28.3	829.143	(829.143)	-	741.769	(741.769)	-
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	25.405	-	25.405	23.079	-	23.079
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	4.978	4.978	-	5.215	5.215
Estoque - almoxarifado		2.438	-	2.438	2.162	(2.162)	-
Imobilizado	11	-	585.512	585.512	-	555.321	555.321
Intangível	12	12	2.996	3.008	-	3.008	3.008
Total do ativo não circulante		856.998	(235.657)	621.341	767.010	(180.387)	586.623
TOTAL DO ATIVO		1.017.139	(335.229)	681.910	895.125	(275.811)	619.314

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
		<u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Regulatório</u>
CIRCULANTE							
Fornecedores	13	1.446	-	1.446	124	-	124
Encargos sociais e trabalhistas	14	216	-	216	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	23.952	-	23.952	20.233	-	20.233
Debêntures (Circulante)	18	11.995	-	11.995	9.861	-	9.861
Obrigações tributárias	15	2.476	-	2.476	748	-	748
Obrigações regulatórias	16	788	-	788	842	-	842
PIS e COFINS diferidos	28.3	9.210	(9.210)	-	8.827	(8.827)	-
Dividendos a pagar		443	-	443	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	19	612	-	612	405	-	405
Outros passivos		3.985	-	3.985	2.318	-	2.318
Total do passivo circulante		55.123	(9.210)	45.913	43.358	(8.827)	34.531
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	17	296.577	-	296.577	255.519	-	255.519
Debêntures	18	71.371	-	71.371	78.157	-	78.157
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.3	94.706	(94.706)	-	75.412	(75.412)	-
PIS e COFINS diferidos	28.3	76.696	(76.696)	-	68.614	(68.614)	-
Total do passivo não circulante		539.350	(171.402)	367.948	477.702	(144.026)	333.676
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	21						
Capital social		251.285	-	251.285	251.285	-	251.285
Reservas de lucros		160.741	(14.185)	146.556	122.780	(14.185)	108.595
Prejuízos acumulados		-	(140.432)	(140.432)	-	(108.773)	(108.773)
Dividendos adicionais propostos		10.640	-	10.640	-	-	-
Total do patrimônio líquido		422.666	(154.617)	268.049	374.065	(122.958)	251.107
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.017.139	(335.229)	681.910	895.125	(275.811)	619.314

28.2 Demonstração do Resultado Societário e Regulatório

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Operações em continuidade							
Receitas							
Disponibilização do sistema de transmissão	22	-	94.067	94.067	-	91.058	91.058
Receita de Construção		62.714	(62.714)	-	22.036	(22.036)	-
Receita de remuneração do ativo de contrato		114.876	(114.876)	-	89.914	(89.914)	-
Receita de operação e manutenção		10.863	(10.863)	-	9.871	(9.871)	-
Outras Receitas		(2.862)	2.862	-	14.918	(14.918)	-
Tributos							
(-) PIS/COFINS Diferidos		(8.466)	8.466	-	(4.225)	4.225	-
(-) PIS/COFINS sobre faturamento	22	(8.958)	-	(8.958)	(8.423)	-	(8.423)
Encargos – Parcela “A”							
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D.	22	(235)	-	(235)	(327)	-	(327)
F.N.D.C.T.	22	(325)	-	(325)	(324)	-	(324)
M.M.E..	22	(173)	-	(173)	(162)	-	(162)
TFSEE.	22	(368)	-	(368)	(290)	-	(290)
RECEITA LÍQUIDA		167.066	(83.058)	84.008	122.988	(41.456)	81.532

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Nota	31/12/2023			31/12/2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Resultado antes dos custos gerenciáveis	167.066	(83.058)	84.008	122.988	(41.456)	81.532
Custos gerenciáveis – Parcela “B”						
Serviços de terceiros	23 (7.464)	-	(7.464)	(28.139)	19.755	(8.384)
Custo de Construção	23 (52.690)	52.690	-	-	-	-
Materiais	23 (195)	-	(195)	(70)	-	(70)
Seguros	23 (576)	-	(576)	-	-	-
Arrendamento e aluguéis	23 (140)	-	(140)	(30)	-	(30)
Pessoal	23 (3.694)	-	(3.694)	(177)	-	(177)
Tributos	23 (29)	-	(29)	(6)	-	(6)
Depreciação e Amortização	23 -	(20.348)	(20.348)	-	(20.045)	(20.045)
Outros	23 (373)	-	(373)	(387)	-	(387)
RESULTADO DA ATIVIDADE	101.905	(50.716)	51.189	94.179	(41.746)	52.433
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	24 5.316	-	5.316	4.544	-	4.544
Despesas financeiras	24 (38.333)	-	(38.333)	(35.452)	-	(35.452)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	68.888	(50.716)	18.172	63.271	(41.746)	21.525
Despesas com impostos sobre os lucros						
Imposto de renda e Contribuição Social corrente	25 (550)	-	(550)	(874)	-	(874)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido	25 (19.294)	19.058	(236)	(11.386)	11.085	(301)
Resultado líquido das operações em continuidade	49.044	(31.658)	17.386	51.011	(30.661)	20.350

28.3 A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a Contabilidade Societária e Regulatória:

28.3.1 Ativo da concessão, imobilizado e intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, mas que para fins de Contabilidade Regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No âmbito regulatório:

Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

28.3.2 Imposto diferido

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.1, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL e PIS/COFINS diferidos.

28.3.3 Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio líquido societário	422.666	374.065
Ativo de Contrato (CPC 47)	(928.715)	(837.193)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	588.508	556.167
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	99.684	80.627
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	85.906	77.441
Patrimônio líquido regulatório	268.049	251.107

28.3.4 Receita de Construção

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário é reconhecida uma receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

28.3.5 Receita de Remuneração do Ativo de Concessão

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1)

28.3.6 Receita de Operação e Manutenção

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário refere-se a receita de O&M calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

28.3.7 Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de “Custos operacionais”.

28.3.8 Depreciação e amortização

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário, devido a adoção do ICPC 01, o reconhecimento dos ativos vinculados à concessão está registrado na rubrica de "Ativos da concessão", mensurados como ativos contratuais. No âmbito regulatório, os ativos vinculados à concessão são registrados como Imobilizado e Intangível resultando, consequentemente, em despesas com depreciação/amortização.

28.3.9 Lucro (Prejuízo) do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação lucro (prejuízo) societário e regulatório

	2023	2022
-		
Lucro líquido societário	49.044	51.011
Receita bruta (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(91.524)	(45.681)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	8.466	4.225
Custos operacionais (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	52.690	19.755
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	19.058	11.085
Depreciação regulatória	(20.348)	(20.045)
Lucro líquido regulatório	17.386	20.350

29 Eventos Subsequentes

29.1.1 Entrada em operação – Reforço LT 69kV na SE Juazeiro III

Em 21 de fevereiro de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de Entrada de Linha de 69kV na subestação de Juazeiro III, cuja entrada em operação comercial definida foi em 17 de fevereiro de 2024.

29.1.2 Entrada em operação – Reforço RT 500 kV 150 Mvar Juazeiro III 2 BA

Em 09 de abril de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de instalação um banco de reatores de barra monofásico RT2 500 kV – 150 Mvar, adequação da conexão do 2º banco de reatores de barra monofásicos (3x50 Mvar), instalação de um módulo de conexão com disjuntores, em 500 kV, para o reator de barra RT2 500kV – 150 Mvar na subestação de Juazeiro III, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 02 de abril de 2024.

29.1.3 Entrada em operação – Reforço MG Juazeiro III / CCO-2014-017 - RB

Em 09 de abril de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de instalação um módulo de infraestrutura associado ao 2º banco de reatores monofásicos 500 kV na subestação de Juazeiro III e interligação de barramentos IB6, em 500 kV, arranjo disjuntor e meio, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 02 de abril de 2024.

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O